



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**ATA DA REUNIÃO DO
GT POLÍTICA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS
GESTÃO 2009/2011**

5

Data da Reunião: **08 de outubro de 2010**

Local: Rua São Bento, 405 – 11º andar – Sala de Reuniões da HABI-GAB – Edifício Martinelli - Centro – São Paulo

10 No dia 08 de outubro de 2010, às 14:30 hs, se reuniram na Sala de Reuniões da HABI-GAB, na Rua São Bento, 405 – 11º
andar do Edifício Martinelli - Centro – São Paulo, para a Reunião do GT Política de Mediação de Conflitos Fundiários -
gestão 2009/2011, os participantes: Maria Izilda Camillo, Pedro Scuro Neto, Cláudia M. de Toledo P. Arruda, Gilvanete
Santos, Marcia Moura Santos, Benedito Roberto Barbosa, Luiz Henrique Girardi, Felinto Carlos F. Cunha e Abelardo
Campoy Diaz, a reunião é iniciada pelo **Sr. Felinto** – Eu sou diretor da Habi Regional Leste e aqui nós temos uma
15 correspondência, um e-mail, que hoje nessa reunião nós estaríamos nomeando o Coordenador, Coordenador Adjunto e
o Relator do GT. Agora cada um se apresenta e o Dito fala algo, pois ele que lançou a proposta no Conselho. **Sr. Pedro** –
Eu sou da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, e sugerimos um projeto piloto para criarmos a
nossa própria experiência em uma massa crítica. Eu vejo essa reunião como um resgate, a possibilidade de um novo
começo mais positivo, mais efetivo. **Sra. Cláudia** – Sou advogada do Centro Gaspar Garcia e esse é um GT que me
20 interessa participar justamente pelo tema e pelas resoluções que nós esperamos que saiam. **Sra. Izilda** – Sou
Coordenadora dos Sem Terra da Zona Norte e a proposta realmente surgiu de uma situação que eu e o Dito
particularmente vivemos, que foi o despejo da Favela da Torre, onde pudemos juntar os três níveis de Governo e
encontrar uma solução definitiva para essas famílias. Seria o caos social se houvesse a reintegração, e tivemos êxito. **Sra.**
Gilvanete – Eu sou do Projeto Lavrador Oeste da Torre e dos Sem Terra da Zona Norte. **Sra. Márcia** – Sou também do
25 Projeto da Favela da Torre. **Sr. Benedito** – Sou da União dos Movimentos de Moradia e fizemos essa proposta da criação
dessa comissão de conflitos fundiários. Eu também participei pela União Nacional de Moradia Popular e pela Central de
Movimentos Populares, do Conselho Municipal das Cidades. No âmbito Federal, no âmbito nacional, já havia uma luta e
ainda existe uma luta muito forte, para que se consolidasse um GT Nacional de Conflitos Fundiários, durante todo o ano
passado foi feita uma articulação do país todo com vários seminários para se discutir uma política e um programa
30 nacional de enfrentamento dos conflitos fundiários. Nós dialogamos com algumas pessoas, alguns conselheiros,
inclusive lá no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, com os companheiros da União de Desenvolvimento de
Moradia. Pensamos uma proposição de uma política Municipal também de enfrentamento dos conflitos, pensando que
nós estamos aqui na Cidade de São Paulo hoje com uma série de situações de conflitos, despejos, em função de uma
intensa mudança da situação urbana do Município de São Paulo. Também porque vem ocorrendo uma série de
35 intervenções na cidade em função dos programas que existem, de melhoria de trânsito, melhoria viária na cidade ou de
adequação viária que a cidade vem passando e também outros projetos que geram grande impacto e deslocamento de
pessoas como as obras como o Rodoanel. No primeiro momento, a partir da proposição surgiu fato muito concreto que
foi a situação das famílias lá da Alvorada do Oeste da Favela da Torre na Zona Norte. As famílias estavam sofrendo uma
situação de despejo eminente, uma situação de risco, que eles estavam debaixo da torre da CPT da Companhia Paulista
40 de Transmissão, na beira do Córrego Cabo Sul. Convocamos também o Ministério da Cidade, a CDHU entrou na história,
o comando da Polícia Militar no sentido de suspender a reintegração de posse e evitar o conflito fundiário e foi um
sucesso essa operação. A Juíza que estava muito resistente decidiu suspender por alguns dias a reintegração de posse, a
Polícia Militar assumiu o compromisso de não fazer a reintegração de posse com violência, e o Ministério da Cidade
assumiu o compromisso de destinar recurso para viabilizar um projeto habitacional para as famílias através da Caixa
45 Econômica Federal e a própria CDHU também complementaria recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Se
houvesse necessidade haveria aporte inclusive da Prefeitura para ajudar no programa. Enquanto as famílias esperavam
o projeto habitacional, a Secretaria de Habitação, HABI assumiu o compromisso de incluir as famílias em um programa
de apoio e subsídio de aluguel, é a primeira experiência e as famílias agora estão aí através do Movimento procurando
terreno, viabilizando um projeto. Um outro trabalho também muito importante que foi com apoio da HABI Sudeste e
50 com apoio de HABI, a Caixa Econômica também já sinalizou o apoio ao projeto, foi também a evitar a reintegração de
posse das famílias de uma ocupação na Zona Sudeste de São Paulo no Jabaquara, no prédio chamado Cruz das Almas,
eram dois apartamentos, e que também a Prefeitura estava sendo processada pelo Ministério Público para poder tirar
as famílias. Com articulação também da Prefeitura, dos advogados do proprietário, do Ministério Público, dos
Procuradores do Município, mais uma vez evitou-se o despejo violento, e as famílias agora estão também recebendo o
55 apoio de aluguel da Prefeitura, o proprietário assumiu o compromisso, trinta dias após as famílias deixarem o prédio, de
depositar 500 mil reais na conta da Associação para comprar um terreno e fazer o projeto habitacional para as famílias.

Estamos muito felizes com esse processo todo vai ficar registrado em Ata essa nossa fala, vai para o Conselho Municipal de Habitação tomar conhecimento, eu acho que essa experiência de fato é uma experiência bem andada, da forma que nós estamos trabalhando. Vai ser uma referência não só nacional como internacional na mediação de conflitos fundiários aqui no Município de São Paulo. **Sra. Ana** – Eu faço parte do Grupo de Assessoria Técnica da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação e estou sempre à disposição de todos os conselheiros para dar o apoio ao que for necessário em todos os GTs, em todas as reuniões do Conselho Municipal de Habitação. **Sr. Luiz** – Eu sou responsável pela Habi Sudeste e a partir da última reunião eu estou participando de um trabalho de mediação de conflito como ele falou da região da Cruz das Almas. Além da reunião ou da possibilidade do encaminhamento, isso gerou uma possibilidade extra a esse grupo, que facilitou talvez uma série de encaminhamentos. Comunidade, proprietário, a possibilidade de uma solução faz com que todos os participantes tenham uma motivação, uma responsabilidade a mais na efetiva solução do problema, eu acho que isso vem contribuir muito para essas situações que são traumáticas. **Sr. Abelardo** – Desculpe o atraso, sou Abelardo Campoy do SECOVI. **Sr. Pedro** – A proposta apresentada pelo Dito é muito precisa, muito bem elaborada, em diversos pontos eles levantam a necessidade da participação, além do Poder Executivo, todos os Poderes. Eu interpreto como sendo o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria, essa preocupação com o envolvimento desses Poderes, até mesmo a preocupação em relação às reações dos membros desses Poderes, eu quero lembrar que além da necessidade de participação, há também que se levar em consideração que esses juízes ou promotores, são de áreas diferentes eles vêem o problema de uma perspectiva bem diversa. Minha experiência foi essa articulação com o sistema de justiça desde a polícia até o Judiciário, em diversos Estados, aliás, então eu vejo essa possibilidade, a participação deles é positiva sempre, só que há de fazer um contato. Essa proposta, que esse grupo não incluisse não apenas nós, mas também tivesse a preocupação de incluir, talvez não agora, mas em um futuro próximo, essas pessoas, esses membros do sistema de justiça para que eles nos ajudassem. **Sra. Ana** – Esse regimento que criou os GTs prevê que pode convidar outros membros para poder estar participando do grupo. Mas tem que ser formado basicamente por um coordenador que tem que ser um conselheiro, um coordenador adjunto que também tem que ser conselheiro, um relator que esse não precisa ser um conselheiro. Os conselheiros podem indicar outros participantes que não sejam conselheiros para participar do grupo e pessoas da sociedade civil virem a serem convidados no decorrer dos trabalhos para integrar esse GT por deterem conhecimento sobre a matéria que vocês estão analisando. O Felinto tinha mais pessoas para indicar: que é a Nancy da Secretaria para participar do GT. **Sr. Pedro** – Para enfrentar esses problemas não é só mediação, há outros procedimentos, tem que ter um grupo coeso disposto a enfrentar essa situação e exige um pouco de dedicação. **Sra. Izilda** – Essa abertura que se tem porque eu acho muito positiva quando está se tratando de conflitos fundiários, nós só conseguimos solucionar questões seriíssimas e o Poder Público tem uma dificuldade enorme lá na ponta de lidar com esses conflitos. A Subprefeitura senta com o batalhão para cumprir a ordem judicial, não sabe que existe aqui a HABI que pode fazer uma gestão junto ao Governo do Estado, junto ao Ministério da Cidade, junto aos Movimentos porque HABI tem programas para uma melhor solução diante disso. A experiência que nós temos ao longo dos anos, acho muito interessante fazermos a discussão dos conflitos fundiários a nível de Poderes. É da responsabilidade, do interesse dos três Governos, então, acho positiva a proposta de se convidar, mas convidar quem tem compromisso. Tem que ter a composição do GT de Conflitos Fundiários do Município de São Paulo tem que ser composto com Representante de Estado, representante do Governo Federal, representante Judiciário e da Defensoria. **Sr. Benedito** – Acho que o Poder Público possa estar sempre à frente do processo de coordenação, porque isso ajuda mais no processo de legitimidade do GT, eu tinha pensado do companheiro aqui de HABI Leste, o Felinto pudesse coordenar o GT e a Cláudia poderia ficar na relatoria. A Secretaria de Habitação e a própria Bete França com a Nancy e o pessoal aqui de HABI decidiu atuar convocando também a Defensoria Pública, o Ministério Público para a solução dos problemas. Foram dois problemas que nós conseguimos negociar com o Ministério da Cidade, incluir no programa Minha Casa Minha Vida e evitar o despejo das famílias. Funcionou como uma espécie de treino, acho que nós devemos estabelecer também uma agenda de discussão sobre a proposta de voto, tem os casos concretos que estão acontecendo, que nós temos uma certa urgência em resolver. **Sr. Abelardo** – O grau de dificuldade para montagem e os personagens, as pessoas que precisam ser ouvidas, eu acho que também é discutível, realmente é muito difícil, mas o que me preocupa e essa questão tinha sido levantada no dia que você apresentou o voto Dito, é a questão do respeito aos ordenamentos legais para criação de um órgão de um mecanismo dessa natureza a partir do Conselho Municipal. Me preocupo com a questão da legitimidade, sem perder de vista a necessidade e eficiência, sempre eu acho que esse canal de conversa, de mediação, que foi obtido através dessa interlocução com a Bete, que está ao alcance dos Movimentos, eu tenho certeza que HABI sempre vai ter interesse em atender, é da natureza desta Secretaria agir dessa forma. A outra coisa é criar institucionalmente do ponto de vista legal esse órgão, outro Conselho da Prefeitura, então eu tenho uma preocupação muito grande do aspecto legal, vencida essa etapa de aparato, quem é o coordenador, quem relata, isso é necessário para que o GT funcione. O primeiro ponto que temos que nos debruçar é o da legalidade da criação, se isso não for bem cuidado, corremos o risco de perder tempo, de criar um organismo que depois não vai poder atuar, eu queria deixar registrado no primeiro momento essa minha preocupação com formalidade para que nós trabalheemos em algo que possa efetivamente prestar àquilo a que foi criado. **Sr. Benedito** – O que o voto propõe é um desenho de uma política, para enfrentar os conflitos fundiários urbanos no Município de São Paulo, precisamos entender sobre qual vai ser a atribuição desse grupo. No meu entendimento ele vai fazer aqui uma discussão a partir do voto de um desenho de uma política Municipal de conflitos fundiários. Nós precisamos ver como articulamos o desenho dessa política com essa agenda em curso, não se trata da

minha opinião, desse GT de criar um órgão Municipal porque nem tem competência e nem atribuição para fazer isso. **Sr. Felinto** – Eu fico satisfeito de ter sido lembrado, mas eu tenho para indicar o Luiz. **Sr. Benedito** – A composição que eu sugeri, a Cláudia como relatora, eu como coordenador adjunto e o Luiz como coordenador do GT, acho que essa questão de ter alguém aqui da própria Secretaria, que está mais perto da Bete França, mais perto da Nancy, para poder fazer certos diálogos. Nós teríamos mais dificuldade, por isso a sugestão de ter alguém da Secretaria dada à complexidade do assunto. **Sr. Luiz** - Eu estou aqui para trabalhar e me coloco à disposição para isso, não sei se efetivamente vou estar à altura do desafio. Acho bastante natural que HABI, até por uma questão de ser talvez um dos meios no encaminhamento da questão, na verdade é um problema da cidade que nós precisamos somar esforços com toda certeza. Buscando um apoio para isso eu diria que seria interessante todos os componentes, todas as pessoas do grupo poderem até referendar essa questão. **Sr. Felinto** -Então ficou o Luiz como coordenador, como coordenador adjunto o Dito, como relatora a Cláudia. **Sr. Luiz** - Eu acho que é importante somarmos esforços, entendendo também que esse assunto não pode ser tratado assim de uma forma discreta, ele tem que ter uma continuidade muito forte, porque senão ele cai, as pessoas se desagregam. A importância talvez do grupo seja em conseguir somar, agregar o poder de cada um. Em uma próxima ocasião com o grupo, nós tentamos definir uma participação com uma composição mais forte com parceiros que interessam realmente na questão. **Sr. Benedito** – O Conselho Municipal de Habitação teve muita coragem quando tomou essa decisão de constituir esse GT, de enfrentar essa questão dos conflitos fundiários, eu repito que seja talvez um dos primeiros Municípios do Brasil a constituir formalmente um GT nesse sentido, eu não conheço em nenhuma administração Municipal no país ainda que tenha alguma experiência. A segunda coisa que eu sugiro também para nós aqui, se nós pudéssemos reunir alguns, tem uma série de materiais e documentos, que vem tratando dos conflitos fundiários no Brasil já há algum tempo. Tem o material da plataforma nacional de direito à cidade; o material da Relatoria da ONU do direito à moradia com uma cartilha e um panfleto muito interessante. A terceira questão que eu proponho é que de fato nós possamos fazer uma discussão e um debate sobre o voto, ajustar o voto a nossa realidade. **Sr. Abelardo** – Como uma coisa nova e inédita e a dificuldade que tem, o voto foi muito pormenorizado, a orientação tem que ser sábia e indutora, não precisa necessariamente dar receita, a função aqui não é determinar como fazer e nem o que fazer, mas mostrar o que é importante ser considerado em tais circunstâncias, nesse sentido quanto mais leve, quanto mais simples for a cartilha que venhamos a produzir, eu acho que maior será o sucesso dela, o nosso desafio está em exatamente falar pouco, mas falar certo. **Sr. Benedito** – Uma quarta questão que talvez nós tenhamos uma discussão com um pouco mais de cuidado no GT, como é que nós vamos funcionar com certas situações de conflitos, que nós já temos enfrentado. É esse GT que vai cuidar disso ou nós delegamos esse processo à Secretaria de Habitação que já está tocando essa agenda, além do GT, do Secretário já tem um grupo operacional atuando nos conflitos efetivamente, ao mesmo tempo também que não haja um descolamento dessa ação com esse GT, esse grupo aqui efetivamente não discutiria ao meu entendimento problemas específicos, pelo menos por hora, despejo da favela tal, acho que não é essa a atribuição, a atribuição nossa aqui é constituir essa orientação geral, delegar essa tarefa para a Nancy para quem de direito a Bete França achar adequado. **Sra. Ana** – A Caixa tinha colocado que para ela estar participando, exigia que houvesse a instalação oficial do GT, a partir do momento em que agora o GT está criado, existe, então o coordenador pode exigir a participação oficial da Caixa. **Sra. Izilda** - A continuidade do GT com a participação da Magda tinha que ser oficialmente constituída e podendo participar qualquer pessoa quando você vai fazer a solução via Governo Federal quem responde é uma Entidade Organizada. Geralmente nessas favelas não tem, pode ter também uma cadeira para uma ou duas, são 3, 4 Federações em São Paulo, se há possibilidade disso porque nós podemos discutir a solução também via Entidades, que é muito interessante porque a Lei é muito clara do Minha Casa Minha Vida, ou a Entidade é habilitada ou ela não pode viabilizar projeto, por isso que eu propus que deveria conter, dentro do nosso documento essa representatividade agora me veio a questão das Entidades via Federação, porque não dá para você trazer um Movimento de cada região porque senão haja cadeira. **Sra. Ana** - Desde que os membros do GT estejam de acordo não tem problema nenhum, pode haver a participação. **Sra. Cláudia** - Acho que é importante a Sociedade Civil de alguma forma participar para que ela também, quando houver o conflito possa estar comprometida com todo o processo, a participação é isso, é o comprometimento dos órgãos públicos e da Sociedade Civil de alguma forma em colaborar desta maneira para a resolução. **Sr. Benedito** - Uma outra sugestão nossa é de pensarmos também no mapeamento dos conflitos fundiários em São Paulo estamos num processo de discussão do Plano Municipal de Habitação, tem um Grupo de Trabalho que vai aprofundar essas questões e vai ser aberto inclusive um debate, amplo debate na sociedade sobre o Plano, ele vai ser debatido em duas instâncias inclusive, tanto no Conselho Municipal de Habitação com os Movimentos Sociais, com a Sociedade Civil nas Subprefeituras e também vai acontecer que o Plano deve ir para a Câmara Municipal, vamos ter aí um espaço importante para fazer também uma articulação entre essa agenda dos conflitos e a discussão do Plano Municipal de Habitação. Um outro ponto importante é a questão do papel das Subprefeituras, elas estão muito próximas dos conflitos, estão na ponta próxima dos conflitos pode citar aqui vários problemas em que a Subprefeitura vem atuando muito mais suscetível aos interesses do capital imobiliário local, enfim e essa situação de conflito, porque muitas vezes poderia ser mediada e resolvida. **Sr. Luiz** - Nós os convidamos então para uma próxima reunião para dar formalidade à questão do Conselho, do Grupo de Trabalho e nós já começamos a fazer algumas considerações, vai ter que sinalizar com algumas coisas, convidar também outros participantes, eu não sei exatamente qual o melhor representante da Subprefeitura, dos Movimentos, da Federação, esses Grupos precisam tomar conhecimento inclusive da importância deles enquanto Entidades com a possibilidade de poderem ajudar na questão, a formalização de orientações, de questões para se levar no Conselho e estar podendo criar

uma diretriz de encaminhamento dessa questão, senão enquanto política, mas pelo menos como uma forma de tratar a questão já como um trabalho até do próprio Conselho Municipal, eu entendo que esse Grupo é um apêndice do Conselho, juntar, nós expormos, nós vemos o que, tentar definir melhor o participante como até foi dito aqui pela Ana, a Caixa, enfim, a partir desse momento então formalizar uma linha de ação que eu acho que está muito mais já voltada no trabalho e no dia a dia, acho que ela que vai dar continuidade à questão e por outro lado nós conseguirmos fazer encaminhamentos, não paralelos, mas, enfim, necessários para nós podermos levar isso no Conselho. **Sr. Felinto** - Eu queria deixar registrado aqui que o próprio Dito falou, o Luis, eu também, que a Nancy fará parte desse Grupo. **Sra. Ana** - A Secretaria Executiva poderá, a partir do momento que a Ata ficar pronta, dar conhecimento a todos os Conselheiros que está instituído esse GT e conseqüentemente os Conselheiros da Caixa e a Magda também tomarão esse conhecimento. **Sr. Abelardo** - Ao você distribuir a Ata, reforçar o convite, todos aqueles que queiram participar, apesar de já ter sido encerrado o prazo, reabrir para quem queira dar contribuição, acho que seria muito positivo passar isso para os Conselheiros. **Sra. Ana** - Perfeito está aceita a proposta, vamos fazer esse convite. Encerra-se a reunião.